



A LITERATURA E CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE QUE VALORIZA A DIVERSIDADE

LITERATURE AND BUILDING OF A SOCIETY THAT VALUES DIVERSITY

Bruna Otani Ribeiro (PG – UNIOESTE)¹
Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)²

RESUMO: Ao refletir sobre a representatividade da mulher na sociedade, nota-se que, embora hoje ela esteja presente em diversos espaços, inclusive obtendo destaque em inúmeras esferas sociais, sejam elas política, acadêmica, artística, dentre outras, durante muito tempo seu espaço de atuação esteve exclusivamente restrito ao universo do lar. Nesse sentido, este trabalho, amparado pela crítica feminista, tem por objetivo mostrar como produções literárias de autoria feminina podem contribuir para a construção de uma sociedade que valoriza a diversidade, principalmente no tocante às questões que envolvem as diferenças existentes no tratamento que é dispensado a cada pessoa devido ao seu gênero. O intuito é mostrar que a atuação de mulheres na esfera artística, a partir de produções literárias, por exemplo, vem contribuindo para a construção de uma sociedade que garante igualdade a todo e qualquer cidadão que nela se insere.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; crítica feminista; diversidade.

ABSTRACT: Reflecting on the representation of women in society, it is noted that, although today she is present in several areas, including gaining prominence in many social spheres, be they political, academic, artistic, among others, for a long time their performance space was exclusively restricted to the universe of home. In this sense, this work, supported by feminist criticism, aims to show how literary productions of female authorship can contribute to building a society that values diversity, especially in matters involving differences in treatment given to each person due to his/her gender. The aim is to show that the performance of women in the artistic sphere, from literary productions, for example, has contributed to building a society that ensures equality to any citizen that is part of.

KEY-WORDS: Literature; feminist criticism; diversity.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* da Unioeste, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Linguagem literária e interfaces sociais: estudos comparados. Bolsista CAPES. Colaboradora do PELCA - Programa de Ensino de Literatura e Cultura. bruna_otani@hotmail.com

² Professor Assistente da UNIOESTE - Cascavel nas áreas de Literatura e Cultura Hispânicas. Doutor em Letras pela UNESP/Assis. Vice-Líder do grupo de pesquisa: “Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura”. Coordenador do PELCA – Programa de Ensino de Literatura e Cultura. chicofleck@yahoo.com.br



No atual contexto de novas aproximações entre diferentes nações, a literatura, como meio de conhecer, explorar, aproximar-se do outro, assume um papel ainda mais forte e importante. Primeiro, porque auxilia a integração e a participação no processo e, segundo, porque é um dos meios mais sólidos de estabelecer vínculos, aproximar distintas culturas, de adquirir conhecimentos que possibilitam ao indivíduo adaptar-se a uma nova realidade e conhecer o passado do qual, hoje, ele vive as consequências.

Essa importância da literatura tem-se mostrado em especial fecunda também no tocante às questões da posição da mulher e suas representações neste mundo que, até a pouco tempo, não lhe oferecia espaços de atuação. Fato que fez surgir os primeiros movimentos feministas também nesta área do conhecimento, numa tentativa, entre outros aspectos, de evidenciar as representações da mulher, condenada a uma existência confinada ao mundo doméstico, na arte masculina, assim como de resgatar as poucas obras escritas por mulheres em períodos ainda dominados pela quase totalidade de escritas masculinas.

Quando tal produção escrita por mulheres envolver aspectos referentes ao modo como, em sociedades cujos valores são, em sua maioria, patriarcais, a literatura efetiva a representação da mulher, das questões de gênero, da valorização e reconhecimento das produções das mulheres nesse campo da cultura dominado, por muito tempo, quase exclusivamente pelos homens, seus reflexos e efeitos serão, certamente, ainda mais abrangentes, podendo servir de elo de contato, aproximação e respeito entre homens e mulheres, assim como entre distintos povos, aproximando-se, assim, o momento, da luta feminista, segundo defende Oliveira (1999, p. 18), de “inaugurar relações humanas em que a aceitação da diferença sem desigualdade reconcilie homens e mulheres e ponha fim ao desencontro das mulheres consigo mesmas”, o que propiciaria uma convivência mais harmônica em sociedade.

MULHERES SUBMISSAS: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA PARA MODIFICAR A CONDIÇÃO DE EXCLUSÃO



A história do sexo feminino na sociedade foi e, em muitos casos, segue sendo contundentemente marcada por uma série de preconceitos que resultaram na exclusão da mulher em inúmeros campos de atuação. No âmbito laboral, por exemplo, a mulher muito teve que lutar para conseguir conquistar espaço de atuação, uma vez que a estrutura patriarcalista vigente no âmbito mundial até o surgimento das primeiras manifestações representativas do movimento feminista, na década de 60 do século XX, fez com que as mulheres estivessem restritas ao trabalho doméstico.

Fernández Álvarez, estudioso da civilização espanhola do Renascimento – época em que se desenvolve o enredo das narrativas *Lucía Miranda* (1860), de Eduarda Mansilha, *Desmundo* (1996), de Ana Miranda, e *Inés del alma mía* (2006), de Isabel Allende, narrativas escolhidas a título de exemplo para ilustrar como a Literatura (mais especificamente de autoria feminina) contribui no que diz respeito à desconstrução de uma sociedade aos moldes patriarcalistas –, ao refletir sobre a temática coloca que “*la mujer carece de protagonismo fuera del hogar; en el hogar sí, allí está en sus dominios*” (2002, p. 76)³, evidenciando que à época renascentista, a mulher vivia aprisionada ao lar, tendo como único trabalho o cuidado da casa, dos filhos e do marido, ou seja, não possuindo o direito de trabalhar para além das paredes da própria moradia.

É interessante destacar que essa exclusão da mulher no âmbito laboral se estendeu ao século XXI, mesmo com todas as tentativas de inserção do sexo feminino no mercado de trabalho, tal fato fica claro nas pesquisas desenvolvidas por Berta Lucía Estrada Estrada, quando ela aponta que

[...] *el desempleo de las mujeres sigue siendo más alto que el de los hombres y el salario que reciben más bajo; así se trate de un desempeño igual o superior al de sus colegas de sexo masculino. Esta inequidad se presenta tanto en los países desarrollados como en el Tercer Mundo* (2009, p. 74-75).⁴

Se a mulher, durante muito tempo, esteve confinada ao lar, podendo apenas trabalhar nesse espaço, obviamente o campo de atuação ocupado por ela foi bastante

³ Nossa tradução: a mulher carece de protagonismo fora do lar, no lar sim, ali está em seus domínios.

⁴ Nossa tradução: o desemprego das mulheres segue sendo mais alto que o dos homens, e o salário que recebem mais baixo; mesmo desempenhando uma função igual ou superior a de seus colegas do sexo masculino. Essa inquietude se apresenta tanto nos países desenvolvidos como nos de terceiro mundo.



limitado. No âmbito político, por exemplo, a presença do sexo feminino foi e continua sendo consideravelmente menor que a do sexo masculino. É válido ressaltar que a realidade latino-

-americana é digna de destaque no que se refere à participação política feminina no presente, uma vez que países de destaque no contexto da América do sul, como Brasil e Argentina, por exemplo, têm mulheres ocupando o cargo da presidência dessas nações.

Contudo, o trajeto da mulher até atingir representatividade nessa esfera foi bastante penoso, haja vista que, para, primeiramente, conseguir o direito ao voto, foram necessários muitos protestos e manifestações. Segundo Estrada,

[...] el derecho al sufragio fue una lucha larga y ardua, llevada a cabo por mujeres de diversas nacionalidades y culturas, pero unidas por un único deseo: ser reconocidas como parte activa de una sociedad democrática; lo que quiere decir que aspiraban a que sus derechos civiles les fueran otorgados (2009, p. 22-23).⁵

Se as mulheres sequer possuíam o direito de escolher quem as representaria politicamente, ocupar um cargo político era fato, praticamente, fora de cogitação para elas. Obviamente não se pode ignorar a existência de exceções, até mesmo em épocas estritamente rígidas no que tange à estrutura patriarcal, como é o caso da Rainha Isabel de Castela, na Espanha, durante o período da unificação do território espanhol e da conquista das terras do Novo Mundo.

O que acontece no continente europeu nos séculos XV e XVI (período de descoberta e colonização do continente americano, ou seja, período histórico em que se desenvolve o enredo das narrativas selecionadas como exemplo de textos literários os quais contribuem para a construção de uma sociedade que aceita a diversidade) no que diz respeito à relevância da mulher naquela sociedade é que a função desempenhada por ela variava de acordo com a condição social que possuía. Mulheres nobres, em alguns casos, participaram ativamente de decisões políticas importantes que definiram eventos históricos ocorridos em dados momentos, influenciando diretamente no destino de seu reino.

⁵ Tradução nossa: o direito ao sufrágio foi uma luta longa e árdua, levada a cabo por mulheres de diversas nacionalidades e culturas, mas unidas por um único desejo: ser reconhecidas como parte ativa de uma sociedade democrática, o que quer dizer que aspiravam que seus desejos civis fossem outorgados.



Entretanto, em oposição à pertinente participação política que algumas poucas mulheres ilustres tiveram, as mulheres comuns, em muito maior número, não possuíam representatividade para além dos limites do lar.

Mulheres nobres, não se restringiam à função de ser mãe, mais do que isso, elas deveriam possuir valores nobres, serem seguidoras da religião católica, puras, prudentes, justas e piedosas, todos esses requisitos fizeram com que, não raras vezes, mesmo depois de casadas, mulheres de berço despertassem sentimentos em homens da sociedade e por eles fossem idealizadas. Segundo Fernández Álvarez, a mulher deste período “*se mueve en dos planos muy diferentes, y es muy distintamente valorada*” (2002, p. 77)⁶.

Nota-se, então, a existência de mulheres extremamente idealizadas e valorizadas, inclusive possuindo grande relevância histórica, devido ao importante papel político que desempenharam, bem como a grande presença de mulheres comuns que findaram suas vidas sem conseguirem desvencilhar-se da estrutura patriarcalista que as matinha confinadas ao serviço do lar, por esse motivo, é possível vislumbrar a valorização tão diferenciada que é atribuída ao sexo feminino e mencionada por Fernandez Álvarez (2002).

Embora tenham existido exceções no que diz respeito à representatividade política que as mulheres tiveram, tratam-se de casos isolados, na maioria das vezes, relacionados a mulheres nobres. Mulheres comuns, de acordo com as convenções sociais, deveriam ser honestas, boas esposas, boas mães e boas donas de casa, estando sujeitas e submissas ao controle ideológico e moral da Igreja Católica.

Às mulheres eram reservadas duas escolhas, caso desejassem ser bem vistas pela sociedade: casar-se com um homem – aquele escolhido pela família, mais especificamente pelo pai –, ou doar-se à vida religiosa. A formação espontânea de uma família era rechaçada, por isso, a mulher que não aceitava seguir uma dentre as duas escolhas apresentadas, teria uma vida trágica, já que se tornaria uma “solteirona” ou, na pior das hipóteses, quando engravidava sem ser casada, não raras vezes, por já ser mal vista pela sociedade, acabava por tornar-se uma prostituta.

Tendo em vista a forte influência da Igreja Católica, muitas mulheres optavam por aceitar a condição de submissão e casar-se com o pretendente escolhido pelo pai, mas para

⁶ Nossa tradução: move-se em dois planos muito diferentes e é muito distintamente valorizada.



que o casamento fosse bem sucedido, algumas exigências deveriam ser cumpridas. Os noivos deveriam possuir a mesma condição social e, preferencialmente, serem da mesma localidade. A principal exigência, contudo, era que a moça fosse virgem. Recorrendo novamente às palavras de Fernández Álvarez, veremos que essa era

[...] una virginidad que ni se pedía ni se esperaba del hombre, pero sí de la mujer; lo cual tendría otra consecuencia en la vida matrimonial, donde a la esposa se le exigía fidelidad, mientras el esposo no tendría que dar cuenta de su conducta erótica extraconyugal. Esto es, prohibición para la mujer y libertad para el hombre. La transgresión de esas normas recibía su inmediato y severo castigo (FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 2002, p. 113).⁷

De acordo com os estudos do citado pesquisador, percebe-se, então, que o casamento, mesmo depois de realizado, continuava a impor exigências ao sexo feminino, a fidelidade era uma delas. Já o sexo masculino, dessa imposição estava livre, haja vista que não tinha a obrigação de dar satisfação sobre o que acontecia em sua vida quando se encontrava fora de casa, podendo ter (e frequentemente tendo) relacionamentos extraconjugais.

Para que tivesse o casamento perfeito, além de ser fiel, a mulher deveria ser boa dona de casa, boa parideira (principalmente de filhos homens), boa administradora das despesas domésticas (para que nada viesse um dia a faltar) e, principalmente, ser submissa ao marido, aceitando ordens, traições, espancamentos, embriaguez, enfim, independentemente das circunstâncias, era obrigação da mulher aceitar a condição que possuía de ser resignado.

O homem que trabalhava e levava uma vida agitada e estressante fora do lar possuía o trabalho como justificativa para a não fidelidade e para o comportamento rude e agressivo; à mulher cabia a função de tornar o lar um lugar confortável e aconchegante para amenizar os problemas que o homem trazia de fora de casa, além de ser dócil e meiga com o marido, ainda que fosse por ele maltratada.

⁷ Nossa Tradução: uma virgindade que nem se pedia nem se esperava do homem, porém, sim da mulher; a qual teria outra consequência na vida matrimonial, da esposa se exigia fidelidade, enquanto o marido não teria que dar satisfação de sua conduta erótica extraconjugual. Isto é, proibição para a mulher e liberdade para o homem. A transgressão dessas normas recebia um castigo imediato e severo.



Por esses motivos (adultério e comportamento agressivo), a prática de feitiçaria foi algo tão comum neste período. Nas palavras de Lucía Guerra, “*las pócimas de yerbas, sudor y sangre menstrual en las comidas servían para ‘asimplar’ o ‘amansar’ el marido que agredía a golpes a su esposa, y para ‘ligarlo’ o quitarle su potencia sexual, si practicaba el adulterio*” (GUERRA, 2007, p. 109)⁸. Desnecessário dizer que também as feiticeiras não eram bem vistas socialmente, uma vez que estas tentavam burlar as normas sociais para facilitar a vida, principalmente, das mulheres.

Faz-se importante recordar que a mulher que não respeitasse às citadas exigências para ser considerada uma boa esposa e para ter um casamento bem sucedido seria mal vistas pela sociedade e, muitas vezes, seria castigada ou punida pelo desrespeito às normas sociais vigentes. Dessa forma, não restava muita opção às mulheres, suas vidas estavam predestinadas ao casamento, à vida religiosa, ou à solteirice que, frequentemente, transformava-se em prostituição.

Considerando esse contexto, não é de surpreender o fato de que algumas mulheres vivessem inconformadas com a condição de submissão e resignação a que estavam sujeitas. No século XVI, surge, então, uma nova alternativa de vida para as mulheres europeias que, muito provavelmente, cansavam-se de uma estrutura patriarcal que se perpetuava há séculos. Essa nova alternativa escolhida por mulheres exaustas de uma sociedade opressora – como as protagonistas Lucía Miranda, Oribela e Inés Suárez, dos romances já citados a título de exemplificação – foi a seguinte: aventurar-se a viver no “Novo Mundo”.

Considerando que, na Europa do século XVI, a participação em batalhas e guerras era algo que se restringia basicamente aos homens, não é de espantar o fato de que o público eleito para desbravar as terras americanas tenha sido o masculino. Por isso, foram poucas as mulheres europeias que se fizeram presentes no período de colonização e conquista das terras americanas.

Ora, se as mulheres que abandonaram a Europa ansiavam por liberdade devido à opressão de uma sociedade patriarcalista, naturalmente, essas aventureiras não foram bem vistas pelos europeus que exploravam os novos territórios anexados à península ibérica, já

⁸ Nossa tradução: as poções de ervas, suor e sangue menstrual nas refeições serviam para ‘acalmar’ ou ‘amansar’ o marido que agredia fisicamente sua esposa, e para ‘ligá-lo’ ou tirar-lhe sua potência sexual, caso praticasse o adultério.



que, de certa forma, elas representavam uma afronta à autoridade imposta por eles. Em síntese, as mulheres que viajaram ao Novo Mundo abandonaram uma sociedade patriarcalista para auxiliar na construção de uma nova sociedade que surgia, mas que reproduzia a estrutura daquela.

Sendo a Europa uma sociedade que excluía mulheres, principalmente as prostitutas e as feiticeiras, essa característica de sociedade excludente foi também transposta para o Novo Mundo. No entanto, a exclusão em solos americanos aconteceu de modo mais intenso, já que as mulheres aventureiras passaram a ser vistas como grupos marginalizados e essa marginalização ocorreu não apenas com as mulheres, mas também com os afrodescendentes e com toda a população autóctone. Nas palavras de Guerra, ao reler Castro Klarén, a colonização europeia “*praticó, desde sus inicios, el dominio y exclusión de una pluralidad de otros*” (GUERRA, 2007, p. 75)⁹.

Dessa forma, não espantoso é o fato de que esses grupos de excluídos da sociedade tenham se unido por possuírem algo em comum. A fusão cultural entre esses três grupos, que dá origem ao processo de formação da identidade híbrida e mestiça latino-americana, faz-se notável, nas palavras de Lucía Guerra, quando discorre sobre a Inquisição e sobre a prática de feitiçaria na América Latina. A estudiosa registra:

[...] *las persecuciones de la Inquisición, la práctica de la llamada brujería produjo, entre las mujeres, un importante intercambio de saberes que, en el caso latinoamericano, dio origen a una fusión cultural de la hechicería africana, indígena y española, promovida por el factor del poder patriarcal que unía a todas estas mujeres en los espacios de la subalternidad* (GUERRA, 2007, p. 109)¹⁰.

Mulheres, nativos e afrodescendentes foram oprimidos e uniram-se em sua subalternidade devido à manutenção, na América, de uma estrutura social em que o detentor do poder era o homem branco, assim como na Europa. Perpetuou-se por muito tempo (quicá até os dias atuais), em solos americanos, um modelo de família que tinha na figura do pai uma espécie de rei que governava os domínios do lar, trabalhando e trazendo

⁹ Nossa tradução: praticou, desde seu início, o domínio e a exclusão de uma pluralidade de outros.

¹⁰ Nossa tradução: as perseguições da Inquisição, a prática da chamada bruxaria produziu, entre as mulheres, um importante intercâmbio de saberes que, no caso latino-americano, deu origem a uma fusão cultural da feitiçaria africana, indígena e espanhola, promovida pelo fator do poder patriarcal que unia todas estas mulheres no espaço da submissão.



sustento à mulher e aos filhos, enquanto a esposa se restringia a limpar, cozinhar, lavar, passar e educar as crianças. De acordo com Guerra, a mulher foi

[...] víctima de una hegemonía patriarcal que desfiguraba su subordinación con eufemismos resumidos en el tema de las virtudes femeninas, a la mujer le ha sido difícil tomar conciencia política de su situación. En el extraño papel de un subalterno que es también sublime, según las mistificaciones que la califican como el suplemento espiritual para la ardua vida de los hombres dedicados al trabajo y la política (GUERRA, 2007, p. 11-12)¹¹.

Nota-se que por ser, de certa forma, iludida pela sociedade patriarcalista que a considerava, ainda que subalterna, sublime – devido à condição de geradora de vidas –, a mulher demorou um tempo considerável para adquirir consciência política sobre a situação de opressão que enfrentava (e certamente muitas ainda não se conscientizaram disso), uma vez que não possuía representatividade em nenhuma outra esfera que não fosse a do lar.

Entretanto, ainda que a aquisição de uma consciência crítica sobre sua representatividade na sociedade para a mulher ocidental tenha sido um processo demorado, o desenvolvimento dessa criticidade iniciou-se já no Renascimento, conforme pôde ser percebido anteriormente ao relatar a existência de mulheres inconformadas com a condição de submissão aos homens a que estavam sujeitas. No entanto, conforme estudos de Michelle Perrot, historiadora que pesquisa sobre os grupos marginalizados da história, “o século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual [divisão homem X mulher]. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes” (PERROT, 1988, p. 178). Tendo em vista que, no século XIX, ocorre uma intensificação da citada divisão de papéis entre os sexos feminino e masculino, a não conformidade da mulher com sua condição de subordinação perante uma sociedade de estrutura patriarcal intensifica-se significativamente, ocasionando o surgimento dos primeiros movimentos feministas, os quais receberão grande destaque e se disseminarão pelo mundo no século XX.

Desde o início de uma conscientização de que certos grupos minoritários estavam à margem da sociedade até a atualidade, percebe-se uma incessante luta do sexo feminino

¹¹ Nossa tradução: vítima de uma hegemonia patriarcal que desfigurava sua subordinação com eufemismos resumidos no tema das virtudes femininas, à mulher foi difícil tomar consciência política de sua situação. No estranho papel de um subalterno que é também sublime, segundo as mistificações que a qualificam como o suplemento espiritual para a árdua vida dos homens dedicados ao trabalho e à política.



(assim como de outras minorias sociais) pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Grupos considerados marginalizados anseiam, mais do que nunca, não mais serem excluídos socialmente, para isso, estão vivenciando um processo não acabado de (re)formulação e (re)afirmação de suas identidades.

Dessa forma, nota-se que um dos recursos encontrados por esses grupos minoritários para a construção de suas identidades foi a arte em suas mais diversificadas categorias. Música, teatro, cinema e literatura são expressões artísticas frequentemente utilizadas para dar voz aos grupos que estiveram, durante muito tempo, excluídos socialmente.

Faz-se necessário ressaltar que a Literatura tem sido uma modalidade artística utilizada de forma extremamente recorrente com a função de oferecer às minorias sociais a possibilidade de contarem suas próprias histórias (já que no discurso historiográfico sofreram um evidente silenciamento). Logo, é possível perceber que a Literatura tem desempenhado um importante papel no que diz respeito à (re)formulação e à (re)afirmação do conceito de identidade dos grupos considerados excluídos da história e, conseqüentemente, um importante papel no que se refere à construção de uma sociedade mais igualitária, por aceitar e respeitar a diversidade. Nesse sentido, a Literatura tem apresentado grande importância no tocante às questões da posição da mulher e sua representatividade em um mundo que, sempre restringiu de forma bastante visível os espaços de atuação do sexo feminino.

Tendo em vista a exclusão da mulher de todas as esferas que envolviam o mundo exterior ao lar, a arte foi um espaço também negado a ela, mas o fato de afirmar que tenha sido privada desse espaço não significa dizer que não tenha sido representada artisticamente. Estátuas, esculturas, pinturas e obras literárias que representam a figura feminina existiram e existem em abundância, no entanto, tais representações foram construídas, na maior parte do tempo, pelos sujeitos que oprimiram o sexo feminino, uma vez que a participação na esfera artística foi restrita aos homens, considerando que estes mantinham as mulheres presas ao trabalho do lar.

Assim, a mulher foi instalada em uma condição de isolamento e reclusão que vedou-lhe o acesso a qualquer esfera do poder, das possibilidades de reflexão e atuação



na história. De acordo com Lucía Guerra, “*dentro de una estructura patriarcal que la limita al único papel de madre y esposa, la mujer, sin alternativas en el mundo de afuera, depende económicamente del hombre, dependencia que se extiende a la esfera de lo legal y lo emocional*”. (GUERRA, 2007, p. 15). Uma situação bem diferenciada daquela dos homens, que ocupavam o espaço público e nele construía sua imagem de dominação.

Nas últimas cinco décadas, os debates envolvendo questões sobre sujeito, alteridade e construção de identidade começam a ganhar considerável visibilidade devido à manifestação de novas forças políticas emergentes. Tais forças são constituídas pelos grupos historicamente excluídos e marginalizados da sociedade, sendo alguns deles, mulheres, afrodescendentes e índios.

Ao longo da história, o discurso do sujeito feminino foi silenciado e, segundo Borges Teixeira,

[...] a exclusão histórica da autoria feminina no campo institucional da literatura é o resultado de práticas políticas no campo do saber que privilegiam a enunciação do sujeito dominante da cultura, o sujeito declinado no masculino. A produção de autoria de mulheres sempre colocou os críticos do passado na defensiva, por várias razões, e dentre elas, o puro preconceito de uma sociedade atrelada a valores patriarcais, para não dizer machistas, que reservam à mulher o papel mais edificante e, a propósito, visto como mais condizente com suas capacidades mentais, ou seja, a de reprodutora da espécie. Assim, a criação cultural da mulher sempre foi avaliada como deficitária em relação à norma de realização estética instituída, obviamente, do ponto de vista masculino. (BORGES-TEIXEIRA, 2008, p. 40).

Os argumentos apresentados por Borges Teixeira revelam algumas das causas da exclusão da mulher no que diz respeito à produção literária, todavia, devido ao maior engajamento político das mulheres na contemporaneidade, as obras produzidas por elas, como os três romances já mencionados, passaram a ganhar maior visibilidade e algumas transformações ocorreram no que tange à crítica referente aos textos de autoria feminina. Tendo em vista o fato de que a mulher não possuía (ou possuía pouca) representatividade até então no cenário literário, passou-se a considerar a questão do gênero como uma importante categoria de estudos no que se refere à produção de textos literários. De acordo com Gärtner (2006), ao refletir, em sua dissertação, sobre as ideias de Maria Izilda Santos de Matos,



[...] a partir do momento em que o gênero foi visualizado como uma categoria fundamental para os estudos literários, a tradição literária ocidental passou a sofrer alguns abalos. O conceito de cânone, até então inquestionável, foi “desnaturalizado” pela crítica feminista. A geração feminista dos anos 70 e 80 começou a se preocupar com a exclusão da mulher, enquanto *gender* [gênero] e gênero(s) literário(s), analisando a correlação estabelecida falocentricamente entre a escrita da mulher e produções literárias menores (GÄRTNER, 2006, p. 50-51).

Dessa forma, com novos questionamentos sendo feitos sobre a produção de autoria feminina e com o conceito de cânone literário sendo posto em xeque, surgiu a possibilidade de associar a marginalização social vivida pela mulher historicamente à marginalização que ela estava vivendo no âmbito literário. Nesse sentido, questiona-se qual seria o papel da mulher ao produzir literatura e, mais especificamente, uma literatura sobre a mulher, como resposta, Borges Teixeira (2008) apresenta o pensamento de estudiosos que consideram que o papel da mulher seria o de uma revolucionária, devido ao fato de romper com as características convencionais e opressivas do pensamento masculino materializado na linguagem literária anterior às produções femininas.

Obras como *Lucía Miranda (1860)*, *Desmundo (1996)* e *Inés del alma mía (2006)* demonstram que a literatura produzida pelo sujeito feminino constitui-se, hoje, como sendo um “processo de reconstrução da categoria ‘mulher’ enquanto questão de sentido e lugar privilegiado para a reconstrução do feminino e para a recuperação de experiências emudecidas pela tradição cultural dominante” (BORGES-TEIXEIRA, 2008, p. 46). O fazer literário feminino promove uma reflexão sobre a condição humana e sobre o conceito de identidade da mulher, oferecendo a possibilidade de reconstrução da identidade feminina e, conseqüentemente, influenciando na construção de uma sociedade que aceita o caráter plural que possui, que aceita a diversidade. De acordo com Gärtner (2006),

[...] o século XX pode ser visto como o século da emancipação da mulher e da literatura feminina, uma vez que seus últimos trinta anos foram marcados por uma revolução ideológica que, com certeza, mudou a face cultural do mundo. O feminismo tem causado uma transformação profunda na sociedade contemporânea, já que as mulheres estão conseguindo que se revisem atitudes vitais equivocadas, que se derrubem leis antiquadas a favor de novas constituições, como também a reavaliação de valores sociais e culturais. Neste



contexto, é que emerge a literatura feminina, comprometida em subverter as convenções [...] da escritura patriarcal (GÄRTNER, 2006, p. 46).

O fato de as escritas de autoria feminina terem aumentado a partir do século XX fez com que inúmeras pesquisas referentes à produção escrita de mulheres fossem desenvolvidas. Um aspecto que tais pesquisas revelam é que na prosa, principalmente com romances históricos, mulheres vêm se destacando, já que, por meio de narrativas de extração histórica – como os três romances citados –, é possível revisitar o passado e reconstruí-lo sob novas perspectivas, as quais revelam a conscientização do sujeito feminino perante uma história silenciada.

A aquisição dessa consciência por parte da mulher sobre a condição de submissão a que o sexo feminino esteve e, em muitos casos, segue estando sujeito ocasionou o desenvolvimento e o amadurecimento de um pensamento crítico que não se limitou a estudos sociológicos, estendendo-se também ao universo literário. Nesse sentido, narrativas de extração histórica de autoria feminina vêm recebendo grande destaque, pois, ao passo que reapresentam o passado que deu origem às culturas atuais, bem como reconstroem os impactos causados durante os confrontos existentes no período de colonização das terras americanas, estimulam o desenvolvimento de uma consciência crítica nos leitores, os quais, muitas vezes, são descendentes desse processo conflituoso que desencadeou o surgimento das sociedades como estão configuradas na atualidade e não se dão conta desse fato.

Os romances selecionados *Lucía Miranda* (1860), *Desmundo* (1996) e *Inés del alma mía* (2006), revelam, no período de colonização e conquista das terras americanas, o conflito entre colonizado e colonizador, além de ilustrarem a condição de subordinação a que a mulher deveria submeter-se ao homem, tendo em vista a história de três personagens mulheres europeias (Lucía Miranda, Oribela, e Inés Suárez). Por apresentarem esses aspectos, tais narrativas de autoria feminina cumprem a função, de acordo com Gärtner, de “desmistificar a história para descobrir uma versão mais justa” (GÄRTNER, 2006, p. 45), dando voz aos esquecidos – nesse caso, às esquecidas – pela história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nesse trabalho, primeiramente, mostrou-se o papel social da mulher, desde o Renascimento até a contemporaneidade, com o intuito de evidenciar que o modo como a sociedade está configurada, atualmente, nada mais é do que o reflexo de um passado marcadamente exclusivo no que se refere a participação da mulher nas mais diversificadas esferas sociais.

O recorte temporal a respeito da condição de submissão da mulher foi feito a partir do Renascimento, pois esse é o período histórico representado nos romances *Lucía Miranda* (1860), *Desmundo* (1996) e *Inés del alma mía* (2006), narrativas de extração histórica de autoria feminina que evidenciam o quão importante a Literatura pode ser para a construção de uma sociedade mais justa, tolerante e igualitária no que diz respeito à questão do gênero.

Uma vez que os romances apresentam novas versões da história referente ao período colonial latino-americano, considerando que os eventos históricos são narrados de acordo com a ótica feminina, nota-se que a representação da mulher é efetuada sob uma nova perspectiva, pois elas são colocadas em primeiro plano e, embora sejam vítimas de uma sociedade aos moldes patriarcalista, lutam contra a submissão a que estavam sujeitas.

Nesse sentido, os romances em questão, enquanto textos literários, contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade que aceita a diversidade e respeita as diferenças, pois são produções que oferecem espaço de atuação ao sujeito feminino tanto no campo histórico quanto no artístico, esferas por muito tempo pertencentes com exclusividade ao sujeito masculino.

Ao oferecer espaço de atuação à mulher, a Literatura, enquanto representação de uma sociedade que, no entanto, também atua moldando-a (CÂNDIDO, 2000), por meio de personagens que se opõem as amarras da estrutura patriarcalista, colabora para a formação de sujeitos críticos, que aceitam e repeitam a diversidade, e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade mais harmoniosa no quesito igualdade entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

ALLENDE, I. *Inés del alma mía*. Buenos Aires: Debolsillo, 2006.



- BORGES-TEIXEIRA, N. *Escrita de Mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade: cenas paranaenses*. Guarapuava: Editora Universitária, 2008.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- ESTRADA, B. L. E. *¡Cuidado! Escritoras a la vista...* Caldas: Fundación Libro Total, 2009.
- FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. *Casadas, Monjas, Rameras, y Brujas: La olvidada historia de la mujer española en el renacimiento*. Madrid: Espasa Calpe, 2002.
- GÄRTNER, M. *Mulheres contando histórias de mulheres: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina*. Assis/SP: FCL de Assis, 2006. (Dissertação de mestrado).
- GUERRA, L. *Mujer y escritura: Fundamentos teóricos de la crítica feminista*. México, D. F. Universidad Autónoma de México, 2007.
- MANSILLA, E. *Lucía Miranda*. (1860). Edição de María Rosa Lojo y equipe. Madrid/Frankfurt am Main: IberoamericanaVervuert Verlag, 2007.
- MIRANDA, A. *Desmundo: romance*. 6. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- OLIVEIRA, R. D. *Elogio da Diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1999.